



PLANO DE SEGURANÇA DE ÁGUA

DESCRIÇÃO DA TECNOLOGIA

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Garantir a segurança da água através de uma gestão mais eficaz dos recursos hídricos contribui para os objetivos do desenvolvimento, adaptação às alterações climáticas e redução do risco de desastres naturais, tanto no presente como no futuro.

A implementação do Plano Segurança da Água em São Tomé e Príncipe, consistirá essencialmente na adoção de ações preventivas de modo a eliminar e/ou reduzir os riscos associados às atividades por nós desenvolvidas, o que poderá vir a introduzir algumas alterações na forma como as fazemos, não em termos técnicos, obviamente, mas na adoção de alguns cuidados que visem a prevenção sobre os perigos identificados.

O Plano de Segurança da Água deve ser projetado para identificar e enfrentar ameaças à segurança da água durante todas as etapas de coleta, transporte, tratamento e distribuição de água potável e pode complementar a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos – GIRH, fornecendo uma estrutura específica para garantir a segurança e a qualidade da disponibilidade de água. Existe pouco conhecimento do PSA ao nível do país, isso faz com que ainda o mesmo não seja elaborado e implementado, mas o Plano de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PIGIRH) aborda a componente de qualidade da água de forma muito superficial.

A tecnologia também visa uma gestão preventiva da qualidade da água para consumo humano, ou seja, uma antecipação dos impactos concretos das alterações climáticas em cada sistema de abastecimento de água e o planeamento das respostas mais adequadas.

RELEVÂNCIA DA TECNOLOGIA PARA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da temperatura das águas é o impacto mais imediato esperado em função das mudanças climáticas. Esse aumento da temperatura provoca uma alteração do ritmo dos processos químicos e biológicos que afetam a qualidade das águas. A implementação de planos de segurança da água e de procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano também são medidas de adaptação necessárias para fazer frente às mudanças climáticas.

Dadas as projeções hidrológicas ao nível nacional nos cenários analisados (cenário de emissão RCP4.5 e RCP8.5) sugerem uma alta sensibilidade às mudanças climáticas, ou seja, indicaram um aumento na média das vazões médias para o cenário RCP 4.5 e um aumento dos caudais em anos húmidos e uma diminuição nos anos secos para o cenário RCO 8.5, tornando-se necessário aumentar a eficácia e eficiência na utilização e aplicabilidade da tecnologia Plano de Segurança da Água, pondo em prática as várias medidas identificadas no TAP proporcionará ao país lidar com variabilidade climática, e criar resiliência, aprimorando a segurança hídrica, e assim contribuir diretamente para o desenvolvimento sustentável.

O Plano de Segurança da Água (PSA) contribui significativamente para a adaptação às mudanças climáticas no nível da bacia hidrográfica principalmente por meio de maior resiliência à degradação da qualidade da água. A abordagem do PSA permite que os fornecedores de água sejam flexíveis e responsáveis à alteração dos parâmetros de entrada e possibilita uma avaliação dos riscos e identificação de controlo adequado quando a água de abastecimento a população seja comprometida devido os efeitos das mudanças climáticas.

Com a implementação desta tecnologia como medida de adaptação às mudanças climáticas, facilitará a conservação e o uso eficiente dos recursos hídricos disponíveis de forma a que o país possa enfrentar os efeitos decorrentes das mudanças climáticas.



AMBIÇÃO DA TECNOLOGIA

ESCALA DE IMPLEMENTAÇÃO E LINHA TEMPORAL

As ações e atividades identificadas no TAP para a implementação do Plano de segurança da Água serão desenvolvidas a escala nacional e num horizonte 10 anos (2022-2031) e pretende-se que até 2031 100% da água disponibilizada a população seja segura.

Durante este período serão desenvolvidas várias ações de promoção e financiamento do sector de água e das mudanças climáticas, implementação de medidas para aumentar a conscientização da população são-tomense através de campanhas de sensibilização e a operacionalização do sistema Nacional de Informação das Águas, capacitação dos técnicos nacionais e dos laboratórios de referencias, bem como a criação de normativos sobre a qualidade da água. Estas ações identificadas no TAP serão implementadas sob a coordenação do Ministério que tutela os recursos hídricos através do Instituto Nacional da Água.

IMPACTOS ESPERADOS DA TECNOLOGIA

- Abastecimento de água com qualidade as populações.
- Maior proteção das fontes superficiais e subterrâneas.
- População com maior conhecimento e informação sobre a tecnologia.
- Maior disponibilização de informação sobre as fontes de poluição e contaminação, o que facilita a tomada de decisão.
- Reforço da segurança da disponibilidade de água.
- Prevenidas e reduzidas de doenças de origem hídrica.
- Maior conscientização da população sobre as boas práticas.
- Gestão do risco.

ACÇÕES POLÍTICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA

POLÍTICAS EXISTENTES RELACIONADA A TECNOLOGIA

A difusão e transferência da tecnologia PSA está alinhado com os objetivos e visão nos diferentes documentos de políticas e estratégicas sobre a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos em São Tomé e Príncipe, nomeadamente:

- Plano Director de Água e Saneamento (PDAS, 2010).
- A Estratégia Participativa para a Água e Saneamento para 2030 (EPAS, 2012) atualizada em 2021.
- Programa Nacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento no Meio Rural no Horizonte 2030 (PNAEPAR, 2016).
- Plano de Implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (PIGIRH, 2017).
- Lei-Quadro dos Recursos Hídricos, Lei nº 7/2018, (2018).
- Lei Bases do Ambiente, Lei nº 10/99.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 2017-2021).
- Contribuições Nacionalmente Determinadas de São Tomé e Príncipe (NDC, 2021).

Todos estes documentos e instrumentos legais promovem a conservação e gestão sustentável dos recursos hídricos, bem como a visão e estratégia a ser dotada pelas instituições. De igual forma, estes documentos estratégicos têm a missão de orientar e de promover a implementação das medidas mais eficientes de gestão e coordenação das ações sobre os recursos hídricos, aos níveis local, regional e nacional.



POLÍTICAS PROPOSTAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA

Todas as ações de adaptação identificadas para a tecnologia PSA estão alinhadas com as políticas de Desenvolvimento Sustentável, isso reflete a importância que o país atribui ao sector da água, no sentido da resiliência às adaptações climáticas.

São propostas ações que possibilitem a implementação e operacionalização do Sistema Nacional de Informação das Águas (Secção III da Lei nº 7/2018) que integra a gestão integrada das informações sobre as águas, incluindo a sua recolha, organização, tratamento, arquivamento e divulgação que deve ser assegurada pelo INA, promovendo assim o direito de Acesso à informação sobre a tecnologia, a operacionalizar do Instituto Nacional da Água, para a implementação efetiva da lei-Quadro dos recursos hídricos lei nº 7/2018, aplicabilidade “Princípios do Acesso à Informação” o cidadão tem o direito à informação da Lei nº 10/99- Lei de Bases do Ambiente.

São propostas ações que visam a elaboração de **normativos sobre a qualidade das águas subterrâneas, superficiais e residuais**. É necessário que o país disponha de uma legislação ou regulamento específico sobre os parâmetros e critérios para o controlo da qualidade da água. A pertinência desses normativos nacionais é que regulamentará a qualidade das águas, estabelecerá as normas da qualidade para cada parâmetros físico-químicos e microbiológicos de controlo e monitorização frequente das águas e define a frequência de amostragem e de análise a cumprir nas torneiras dos consumidores e não só.

CUSTOS RELACIONADOS COM A IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA

O custo para a implementação das ações e atividades incluídas no TAP até 2030, está estimado em **2.000.000 euros**. Contemplam as ações promoção e financiamento do sector de água e das mudanças climáticas (70.000 €), implementação de medidas para aumentar a conscientização da população são-tomense através de campanhas de sensibilização (220.000€) e a operacionalização do sistema Nacional de Informação das Águas (150.000€), capacitação dos técnicos nacionais e criar mecanismos permanente de coleta e tratamento de dados (350€), elaboração do Plano de Segurança da água (1.115.000€), bem como a criação de normativos sobre a qualidade da água (95.000€). Estas ações identificadas no TAP serão implementadas sob a coordenação do Ministério que tutela os recursos hídricos através do Instituto Nacional da Água.

INFORMAÇÃO ÚTIL

DETALHES DE CONTACTO

Nome	Função	Contacto
José Luiz Onofre	Ponto Focal Nacional da UNFCCC	limaonofre@gmail.com
Máurean Salli Tavares Barroso	Coordenador Nacional TNA	maureanbarroso@gmail.com
José Bastos V. C. Sacramento	Director da Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia	jbastos81@hotmail.com
Sulisa Signo Bom Jesus Quaresma	Consultora Nacional para adaptação as mudanças climáticas no sector de Água	suligno@gmail.com



LINKS RELATÓRIOS TNA

Relatórios preparados no âmbito do Projecto TNA:

- Avaliação das Necessidades Tecnológicas: <https://tech-action.unepdtu.org/wp-content/uploads/sites/2/2021/11/tna-report-adaptation-stp-final-web.pdf>
- Análise de Barreiras e Estruturas de Habilitação : <https://tech-action.unepdtu.org/wp-content/uploads/sites/2/2020/12/baef-adaptacao-stp.pdf>
- Plano de Acção Tecnológico do Sector Água: <https://tech-action.unepdtu.org/wp-content/uploads/sites/2/2021/11/adaptation-report-tap-stp-2021-agua.pdf>